



OPINIÃO

O busto de Mário Covas e a quebradeira do MLST



FMAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A semana passada rendeu dois fatos de invulgar singularidade na rotina institucional do país. O primeiro refere-se à agressão infligida pelos membros do MLST à Câmara dos Deputados e, por extensão, ao Congresso Nacional. O segundo diz respeito à resposta dada à consulta formulada pelo PL pela Justiça Eleitoral de que a verticalização deve ser aplicada de modo a preservar sua integralidade original. Isso significa dizer que tudo aquilo que se desenhava poder fazer, em termos de coligações partidárias nos estados, se despedaçou em cacos como explosão de granada em loja de louça.

Daqui pra frente, todos ou quase todos os arranjos entabulados pelos partidos deveriam merecer novas avaliações para que, com base nelas, se refizessem alianças, mantendo ou não as já acertadas, marchando sozinhos, ou perdendo-se nos meandros da nova verticalização, conforme decidira o Tribunal Superior Eleitoral.

Se o princípio que sedimentou as bases desse instituto confirmara o formato constitucional de unidade nacional dos partidos, ficava claro que, se determinada agremiação que tivesse candidato à Presidência da República fizesse coligações com outros partidos, todas as candidaturas de governadores nos estados e no Distrito Federal deveriam seguir. A base do novo édito se fundava, em síntese, no fato de que a regra é de que o partido deve ter candidato à PR, a exceção, as coligações com quem já possui candidato, residindo nas dificuldades de todo esse imbróglcio nas respostas a serem dadas às dúvidas remanescentes da nova interpretação da corte.

Ao contrário do que se possa supor, se à maioria dos segmentos partidários o que o TSE fixou foi repudiado, provocando indignação de toda ordem, em juízo isento pode-se afirmar que, a bem do aprimoramento do processo eleitoral, nada nos poderia ter acontecido de melhor, tanto mais que a resolução ora revogada pelo TSE procurava refazer a desordem do processo eleitoral vigente, aperfeiçoando-o já que a tão esperada reforma do sistema eleitoral até hoje não veio.

Surpreendentemente, depois da onda de manifestações dos partidos contra a medida, o TSE acaba de voltar atrás, mantendo o critério da verticalização que prevaleceu para as eleições de 2002. A questão pertinente à segurança jurídica, agora invocada para a meia-volta dada, deveria ter sido avaliada antes do bombástico anúncio da inovação, fato que, sem dúvida, não ficou bem para a Justiça Eleitoral.



Quanto ao vandalismo praticado pela turba comandada pelo senhor Bruno Maranhão, que danificou vidros, luminárias, computadores, terminais e outros bens da Câmara dos Deputados, merece enérgica condenação de toda a consciência nacional. Não é crível que brasileiros malformados se deixem conduzir para os abismos de insanidades desse jaez. A casa que conspiraram é instituição nacional que, a despeito de todos os defeitos, vícios e condutas reprováveis de muitos de seus membros, deve ser respeitada por todos.

A democracia se fortalece com a garantia do pleno funcionamento das instituições do Estado, sobretudo de seu Poder Legislativo, jamais podendo ser atacadas pela barbárie desordeira, como fizeram os trogloditas que, não só cometeram graves crimes pelos quais devem ser punidos, como, igualmente, têm que ressarcir o Estado pelos danos causados ao patrimônio do povo. As melhorias sociais que buscam conquistar podem ser até legítimas. O processo para alcançá-las, entretanto, só pode ser feito pela via legal, nunca por meio de expedientes irracionais como os adotados.

Para que as instituições nacionais se fortifiquem, torna-se imperioso que os responsáveis pelos atentados respondam civil e criminalmente pelo que fizeram de ruim e conde-

nável. Só assim o exemplo valerá como antidoto contra novas invectivas. Em qualquer plano que os segmentos sociais desejem a atuação dos poderes do Estado, nada há que se possa fazer se não se observar a lei.

O que não se entende é que, talvez por excesso de escrúpulos ou pudor, não tenha o presidente da Câmara dos Deputados permitido que a polícia militar do DF, presente, colaborasse com a segurança da casa, para conter, de forma mais efetiva, a sanha dos depredadores dos bens públicos danificados. Se fosse usar a polícia para reprimir quem ordeiramente estivesse postulando seus direitos, vá lá, mas se omitir diante do assalto cometido pelos agressores do MLST, é demais. Foi lamentável.

Mário Covas foi uma das figuras mais dignas da vida pública brasileira. Suas ações pautaram-se sempre pela ética, seriedade e obediência à lei. Entre os bens patrimoniais destruídos pela estupidez da horda invasora achava-se seu busto. O que querem o senhor Maranhão, da Executiva do PT, comandante do MLST, e seus liderados, é o perecimento da democracia, o desrespeito à lei e à ordem. Covas é exemplo vivo a ser seguido. Jamais sua memória poderia ser enlameada por mãos tão covardes e sujas.

Torcer ou não torcer, eis a questão



JAIME PINSKY

Historiador, doutor e livre docente pela USP e professor titular da Unicamp. Autor do livro O Brasil tem futuro?

Estamos em plena Copa. Isso significa que, por alguns dias, um sentimento comum englobará (sem trocadilhos) todos os brasileiros e nos fixará diante de telas, telinhas e telões torcendo para que possamos mostrar ao mundo, outra vez, que somos os melhores justamente no esporte mais popular do planeta.

Não é pouca coisa, principalmente para um país que tem tido escassas razões para se orgulhar ultimamente. E que até hoje, apesar das condições favoráveis, não conseguiu estabelecer uma identidade nacional sólida, que vá um pouco além da alegada beleza das nossas mulheres (o que é verdade), do espírito aberto e solidário de nossa população (o que é bastante discutível) e da cordialidade do povo em geral (o que vem sendo desmentido de forma categórica). Nossa auto-imagem, digna de filho de mãe italiana (muito mimado, com ausência total de superego) se recusava a ver por aqui preconceitos de vários tipos (“isso é coisa de americano”), corrupção deslavada, fraqueza de caráter e outras características não tão lisonjeiras que fatos recentes trouxeram à tona.

É assim, feito o Dr. Pangloss, vibramos com nosso crescimento, esquecendo que foi

o mais baixo da América Latina (está bom, ganhamos do Haiti, mas tenham santa paciência), nos alegamos com o número de crianças nas escolas (deixando de lado o fato de que os alunos do ensino fundamental apresentam os piores resultados do planeta — incluindo o Haiti), nos felicitamos com o álcool, invenção nacional (e deixamos de lado a condição dos trabalhadores rurais e as queimadas que transformam o interior paulista no maior centro de pessoas com problemas pulmonares).

Por tudo isso, a Copa é legal. Esquecemos dores e sofrimentos e vibramos com os guapos rapazes que se mandaram para a Europa e não têm muitos planos para voltar — lá se dizem mais seguros.

Mesmo sendo instrumentalizada pelos governantes, a Copa não merece ser esquecida. Ter um objetivo comum (ser campeões), que une pobres e ricos, não é mesmo pouca coisa. Os moradores arrogantes de prédios luxuosos saem do mutismo medroso e sorriem para os porteiros. Alguns até fazem um comentário rápido e condescendente sobre nossa última vitória. Mulheres fazem companhia aos maridos e descobrem que, sim, é possível ver o mesmo programa, pelo menos uma vez a cada quatro anos. Palmeirenses e corintianos podem, finalmente, sentir-se vencedores e convencer os filhos de que a camisa que o pai usa não é necessariamente a de um perdedor compulsivo.

Imaginar futebol sem luta entre torcidas! Com jogadores de boa técnica, bem preparados fisicamente e não aqueles que sobraram

no Brasil, hoje grande exportador de capital humano em vários setores, inclusive no esportivo. Futebol de bom nível, juízes competentes, arquibancadas lotadas em estádios confortáveis e câmaras que nos ajudam a rever os lances controversos!

Quem sabe se com a Copa volta um pouco da nossa cordialidade perdida, característica supostamente tão marcante a ponto de iludir grandes explicadores do Brasil, que confundiram dissimulação com cordialidade. E bastava ver um depoimento em qualquer CPI para constatar a maestria com que exibíamos nosso talento para a hipocrisia e o cinismo.

É, resta o futebol. De preferência sem as patriotadas primárias e a perseguição a alguns jogadores daquele narrador (sabe qual?), mas até nisso se dá um jeito, tipo ver a imagem e ligar o rádio, ou ouvir baixinho, ou torcer em voz alta. O importante é ver todos os jogos do Brasil e torcer muito. E dou uma série de bons argumentos para isso, para quem ainda não se convenceu: melhorar nosso sentimento de pertencer a algo comum a todos, comer pipoca com guaraná, produzir adrenalina e utiliza-la numa boa causa, ver bons espetáculos, abraçar os amigos com vontade, mostrar que somos melhor que os outros em alguma coisa. Não chega?

De resto, perder a Copa não vai nos fazer mais politizados, nem desenvolver nosso espírito crítico. Pelo contrário. Talvez vencê-la nos faça despertar o senso de responsabilidade que líderes devem assumir, e isso seria muito bom. Além do mais, como é bom comemorar!



ARI CUNHA
visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
Circe Cunha (interina) // circe.cunha@correioweb.com.br

No país do Anarriê

Olha a cobra! Meses de debates, discussões, acareações, textos, entrevistas. Foi criada a partir da denúncia do bicheiro Carlinhos Cachoeira contra Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu. Começou porque crimes tinham ligações com jogos. Mesmo assim, a CPI dos Bingos terminou de forma surpreendente. O relator, senador Garibaldi Filho, extrapolou todas as expectativas do eleitor. Parece que a sugestão de legalizar os jogos no país chegou como um anexo em envelope à parte. A suspeita tem fundamento, já que o próprio relatório detalhou a atividade mostrando como ganham os criminosos brasileiros e estrangeiros. A ligação com o tráfico internacional de entorpecentes ficou comprovada. Não faltaram razões para acabar com os jogos de azar, nem ferramentas para que deixem de ser contravenção e passem a ser crime.

Preparar o changê! Graças à omissão dos parlamentares, que não votaram as novas regras para as eleições, foram 48 horas sem que ninguém soubesse o caminho da roça. A uma semana das convenções partidárias, Marco Aurélio Mello, ministro do TSE, restringiu as alianças para as eleições. Mudou de idéia e tudo ficou como antes. Agora, o senador Mercadante levanta a questão sobre a cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira. Os partidos precisam de 5% dos votos, sendo 2% em nove estados. Só assim terão representação partidária no ano que vem. Atingir a meta significa ter acesso ao fundo partidário, que é o que sustenta a receita das legendas. Essa regra põe fora da briga as legendas sem representatividade. Mas os nanicos unidos podem não ser vencidos. Aguardemos a entrada do PSol no ringue.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“As ações do MST custam muito mais do que os contribuintes estão dispostos a pagar”

Laura Furtado, pensando enquanto lê as notícias do dia

Oi?!

Cláudio Lembo não está dando conta do recado. A CBN de São Paulo confirmou. Enquanto Marcola era interrogado, as cadeias de São Paulo declararam uma greve branca. Os internos recusaram comida e banho de sol. Como a ação foi simultânea, a rede de comunicação permanece.

Schornstein

Pedacinho alemão em Santa Catarina. Sexta cervejaria artesanal inaugurada no Vale do Itajaí, em Pomerode. A produção na região chega a 310 mil litros por mês. Hans Schadrack, presidente da Organização Regional de Turismo, comemora.

Vingativos

Embora o estrago tenha sido abafado com a invasão bárbara na Câmara dos Deputados, a declaração do banqueiro Daniel Dantas estilhou a redoma do PT. Dizer que José Dirceu e Cássio Casseb se vingaram dele por não ter doado US\$ 50 milhões ao Partido dos Trabalhadores inspira cuidados.

Bruno Maranhão

001.2006.011304-0. Feita a pesquisa no Poder Judiciário de Pernambuco, há registro sim de processos contra Bruno Costa de Albuquerque Maranhão. Ao contrário do que afirma o líder do MLST, a Justiça Pública da Comarca de Guarulhos está como autora e Bruno Costa de Albu-

querque Maranhão, Fernando Júlio de Albuquerque Maranhão e Gizella Costa de Albuquerque Maranhão como acusados.

Mudança

O Ensino fundamental de toda a rede de ensino vai durar nove anos. Atualmente, o antigo 1º grau é dividido entre ensino infantil, básico e fundamental. As mudanças devem estar firmadas até 2010. Por enquanto, a secretária de Educação, Vandercy Camargo, vai orientar as escolas públicas na adaptação do regimento escolar, proposta didática e grade curricular. Toda a documentação será analisada.

Montanha

É inegável que a criação de varas pelos municípios do Brasil aproximou a população da Justiça. O problema é que todas as sentenças contra a União precisam ser enviadas aos tribunais regionais. Só os processos que tratam do INSS são suficientes para enlouquecer os 24 desembargadores que precisam julgar pelo menos 15 mil processos.

Cuidados

Em Brasília, os avisos advertem que antes de entrar no elevador a pessoa tenha certeza de que ele chegou. O número de acidentes era significativo, daí a lei. Agora, o deputado Carlos Nader, do PL, quer que em todas as piscinas de uso coletivo tenha alguma sinalização sobre a profundidade. Afogamento é a segunda causa de morte acidental. Vem depois do trânsito.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Foi locação errada a razão da paralisação das obras do Cota Mil late Clube. As fundações já haviam sido iniciadas quando a Novacap reconheceu o erro, e agora, vai começar tudo de novo. Enquanto isso, o clube ficará mesmo no anexo da cozinha da Churrascaria do Lago. (Publicado em 20/10/1960)

